



BOLETIM MENSAL VALOR DA CESTA BÁSICA OUTUBRO 2024



GOVERNO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
COORDENADORA DE PESQUISA
E ESTRATÉGIAS, SÓCIO ECONÔMICAS E FISCAIS



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. CESTA BÁSICA OFICIAL: DEFINIÇÃO E ITENS QUE COMPÕEM A CESTA ...	5
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	6
3.1. CESTA BÁSICA DE MACAPÁ E DAS CAPITALS DO BRASIL	10
4. ASPECTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA OFICIAL	13





LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produtos da Cesta Básica Oficial por unidade de medida e consumo mensal. 6

Tabela 2 – Valor da Cesta Básica Oficial por quantidade e peso, variação do mês de outubro de 2024 8

Tabela 3 – Resultados obtidos na pesquisa da Cesta Básica Oficial de Macapá do mês de outubro de 2024 9

Tabela 4 – Valor da Cesta Básica Oficial nas Capitais, Porcentagem do Salário Mínimo líquido do mês de outubro de 2024 12

Tabela 5 – Valor da Cesta de 18 Capitais em outubro de 2024 14





1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, por meio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais - COPESEF, dá continuidade à publicação da Cesta Básica Oficial na cidade de Macapá. A pesquisa mensal dos preços dos produtos que a compõem é um indicador que afere a variação mensal da cotação dos produtos consumidos por uma pessoa adulta que possua o salário mínimo como referência de renda.

Esta análise coloca à disposição da população em geral a pesquisa referente aos preços praticados no mês de **outubro/2024**, coletados nos supermercados, atacadões, mini boxes, açougues, feiras e panificadoras localizados nas zonas norte, central, sul e oeste da cidade. Os resultados desse indicador são apresentados por meio de análises descritivas, tabelas e gráficos que demonstram seus respectivos comportamentos, proporcionando a comparação com as cestas básicas medidas nas outras 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

A pesquisa mensal, por sua vez, permite a análise do comportamento do custo da cesta considerando a relação do salário mínimo/horas trabalhadas necessárias para a sua aquisição. O trabalho tem como base a mesma metodologia estabelecida na pesquisa do DIEESE, bem como a comparação dos resultados das capitais dos estados pesquisados, sob a mesma estrutura básica de coleta e análise de informações realizadas pelo citado Instituto, a saber: a) estruturação da cesta básica; b) locais de coleta; c) ponderação dos produtos por tipo de equipamento de comércio; c) amostra dos locais; d) tipos; e) marcas e unidades de medida dos produtos; f) modelos de questionários; g) calendário de levantamento; h) digitação; i) conferência; j) análise crítica; e k) publicação.





2. CESTA BÁSICA OFICIAL: DEFINIÇÃO E ITENS QUE COMPÕEM A CESTA

A Cesta Básica Oficial nacional e por região, foi legalmente instituída pelo **Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938**, que regulamenta o salário mínimo no Brasil, e pela **Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936**, que estabelece o salário mínimo como remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, como aquele capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, higiene e transporte. Assim, o salário mínimo está diretamente atrelado à Cesta Básica. Esta, por definição, pode ser composta por 12 ou 13 itens, de acordo com a unidade da federação em que estiver sendo medida. Esses itens são considerados de fundamental importância para a subsistência de uma pessoa adulta durante um mês, devendo conter as quantidades mínimas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo, consideradas básicas ao padrão nutricional de um trabalhador.

As informações retratam a realidade da época e as diferentes formas de tentar mensurar o valor do salário mínimo na vida do trabalhador brasileiro e os produtos da alimentação básica, de forma geral e restrita por regiões do Brasil, de acordo com o **Decreto-Lei nº 399/38**.

O Brasil é um país formado por regiões com características diferentes. Em vista disso, a metodologia utilizada e adequada foi de dividir as unidades da Federação em regiões que apresentassem características comuns, como listadas abaixo:

Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 - Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Para tanto, outro objetivo do indicador é possibilitar uma política de planejamento e controle de preços servindo como um dos termômetros da inflação. A cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, encontra-se de acordo com a

metodologia estabelecida para a **Região 2**, tendo 12 produtos em sua composição, conforme o **Decreto-lei nº 399**, listados abaixo:

Tabela 1 – Produtos da Cesta Básica Oficial por unidade de medida e consumo mensal.

Produtos	Consumo mensal
Arroz polido (kg)	3,60
Feijão jalo (kg)	4,50
Farinha de mandioca (kg)	3,00
Tomate (kg)	12,00
Banana (kg)	7,50
Alcatra (kg)	4,50
Leite caixa (l)	6,00
Manteiga (kg)	0,75
Pão francês (kg)	6,00
Óleo de cozinha (l)	0,75
Café moído (kg)	0,30
Açúcar (kg)	3,00

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.
SEPLAN – AP

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A cesta básica oficial de Macapá, referente ao mês de outubro de 2024, teve um custo de R\$ 635,25, apresentando uma variação negativa de 0,09%. Esse resultado indica uma diminuição percentual em relação a setembro, o último mês de referência. Considerou-se o valor atual do salário mínimo, que é de R\$ 1.412,00 bruto e R\$ 1.306,10 líquido, ambos devidamente atualizados.

Dessa forma, em outubro, o trabalhador macapaense precisou cumprir uma carga horária de 98 horas e 58 minutos, o que representa uma redução de 5 minutos para adquirir a mesma cesta, em comparação ao mês anterior.

Em outubro de 2024, a cesta básica apresentou mudanças significativas nos preços de diversos itens. Os produtos que sofreram variação negativa, os destaques foram: feijão com uma redução de (-25,12%), farinha de mandioca (-3,20%) e arroz polido (-1,90%). É importante ressaltar que a maior queda de preços foi registrada no feijão, que mostrou uma variação negativa de (-25,12%).



Esse cenário de redução nos preços de alguns itens da cesta trouxe um alívio para muitas famílias, que puderam economizar nas despesas mensais. No entanto, nem todas as notícias foram positivas. Alguns produtos registraram aumento considerável, como: café moído 4,33%, alcatra 3,60%, manteiga 2,66%, óleo de cozinha 1,87%, açúcar 1,86%, pão francês 1,23%, tomate 0,13%, banana 0,13% e leite 0,13%.

Estes reajustes impactaram o orçamento doméstico, exigindo um planejamento mais cuidadoso para manter o equilíbrio financeiro. Especialistas apontam que estas flutuações nos preços estão relacionadas a fatores como a sazonalidade, condições climáticas e variações nos custos de produção. Além disso, a dinâmica do mercado global e as políticas econômicas adotadas também podem influenciar os preços, refletindo nas prateleiras dos supermercados e no bolso do consumidor.

Recentemente, o mercado agropecuário brasileiro observou uma significativa queda nos preços de dois alimentos básicos na dieta brasileira: o feijão e a farinha de mandioca. Esta variação de preços pode impactar tanto produtores quanto consumidores de diversas maneiras.

O feijão, um dos alimentos mais consumidos no Brasil e no Amapá, apresentou uma redução significativa de preços. Esta queda pode ser atribuída a vários fatores, incluindo:

- **Produção Aumentada:** Um aumento na produção devido a condições climáticas favoráveis pode ter levado a um excesso de oferta, pressionando os preços para baixo.
- **Demanda Reduzida:** Mudanças nos hábitos de consumo ou uma desaceleração econômica podem ter contribuído para uma menor demanda pelo produto.

A farinha de mandioca, outro ingrediente fundamental na culinária brasileira, viu seus preços caírem em **3,20%**. Os possíveis motivos para esta redução incluem:

- **Estabilidade da Produção:** A produção de mandioca pode ter se mantido estável ou aumentado ligeiramente, oferecendo um suprimento consistente que ajuda a manter os preços baixos.
- **Eficiência na Distribuição:** Melhorias na logística e distribuição podem ter reduzido os custos associados, refletindo-se na diminuição do preço final para o consumidor.



Em suma, a recente queda nos preços do feijão e da farinha de mandioca no Brasil e Amapá, traz implicações significativas tanto para consumidores quanto para produtores. Para os consumidores, a redução nos preços representa uma oportunidade de acesso mais fácil a dois dos alimentos mais tradicionais da mesa brasileira, aliviando parte do peso no orçamento familiar. Por outro lado, os produtores enfrentam o desafio de ajustar suas estratégias para lidar com margens de lucro potencialmente menores, especialmente se os custos de produção não acompanharem a queda nos preços de venda. Neste cenário, a busca por eficiência e inovação na produção pode se tornar ainda mais crucial. Assim, enquanto o mercado se ajusta a essas novas condições, o equilíbrio entre oferta e demanda continuará a desempenhar um papel fundamental na determinação dos preços e na sustentabilidade econômica do setor agropecuário.

Tabela 2 – Valor da Cesta Básica Oficial por quantidade e peso, variação do mês de outubro de 2024

Grupos	Consumo Mensal	Setembro/24		Outubro/24		Variação do Custo (%)	Diferença Preço Médio (R\$)
		Preço Médio (R\$)	Custo Total (R\$)	Preço Médio (R\$)	Custo Total (R\$)		
Arroz polido (kg)	3,60	6,86	24,70	6,73	24,23	-1,90	-0,13
Feijão jalo (kg)	4,50	8,52	38,34	6,38	28,71	-25,12	-2,14
Farinha de mandioca (kg)	3,00	6,56	19,68	6,35	19,05	-3,20	-0,21
Tomate (kg)	12,00	7,66	91,92	7,67	92,04	0,13	0,01
Banana (kg)	7,50	7,92	59,40	7,93	59,48	0,13	0,01
Alcatra (kg)	4,50	41,70	187,65	43,20	194,40	3,60	1,50
Leite caixa (l)	6,00	7,91	47,46	7,92	47,52	0,13	0,01
Manteiga (kg)	0,75	57,91	43,43	59,45	44,59	2,66	1,54
Pão francês (kg)	6,00	15,46	92,76	15,65	93,90	1,23	0,19
Óleo de cozinha (l)	0,75	6,96	5,22	7,09	5,32	1,87	0,13
Café moído (kg)	0,30	41,07	12,32	42,85	12,86	4,33	1,78
Açúcar (kg)	3,00	4,31	12,93	4,39	13,17	1,86	0,08
Custo da Cesta (R\$)			635,81		R\$ 635,25	-0,09	-0,56
Gasto salarial (%)			45,03%		44,99%	-0,04%	
S.M. Bruto em outubro/24 (R\$)			1.412,00		R\$ 1.412,00		
S.M. Líquido em outubro/24 (R\$)			1.306,10		R\$ 1.306,10		
Horas/Minutos trabalhados (h/min)			99,03		98,58		

Fonte: SEPLAN/COPESEF.

Pode-se observar, na tabela acima, os preços e custos em relação aos meses de setembro e outubro, cada um com suas especificações e alterações, bem como suas variações. Abaixo na tabela os resultados obtidos da pesquisa.

Tabela 3 – Resultados obtidos na pesquisa da Cesta Básica Oficial de Macapá do mês de outubro de 2024

Mês	Custo da Cesta Básica (R\$)	Participação dos Gastos com Alimentação (%)	Horas e Minutos Trabalhados para Adquirir a Cesta (h/min)	Variação Mensal da Cesta Básica (%)
Janeiro/2024	647,30	45,84	101,25	2,01
Fevereiro/2024	660,60	46,78	103,33	2,05
Março/2024	688,40	48,75	107,26	4,21
Abril/2024	684,06	48,45	106,58	-0,63
Maió/2024	689,29	48,82	107,24	0,76
Junho/2024	700,48	49,61	109,08	1,62
Julho/2024	670,49	47,49	104,28	-4,28
Agosto/2024	653,88	46,31	101,52	-2,48
Setembro/2024	635,81	45,03	99,03	-2,76
Outubro/2024	635,25	44,99	98,58	-0,09

FONTE: SEPLAN-AP/COPESEF

Nota-se, conforme a tabela, que em outubro de 2024, o custo da cesta básica apresentou variações ao longo dos meses. Em janeiro, o valor era de R\$ 647,30, e atingiu seu pico em junho, com R\$ 700,48. A partir de julho, notou-se uma tendência de queda, chegando a R\$ 635,25 em outubro. Esta diminuição pode ser interpretada como um alívio temporário para os consumidores após meses de alta.

A participação dos gastos com alimentação, no orçamento familiar, também variou. Em janeiro, era de 45,84% e apresentou um aumento contínuo até junho, quando atingiu 49,61%. Nos meses subsequentes, essa porcentagem começou a diminuir, encerrando outubro em 44,99%. Esta redução pode indicar uma melhora na renda ou uma adaptação dos consumidores às condições econômicas.

O tempo de trabalho necessário para adquirir a cesta básica também seguiu uma tendência semelhante aos custos. Em janeiro, eram necessárias 101 horas e 15 minutos, aumentando gradualmente até junho, quando foram necessárias 109 horas e 8 minutos. Em outubro, o tempo necessário caiu para 98 horas e 58 minutos, refletindo a redução no custo da cesta.



A variação mensal do custo da cesta básica mostra um cenário volátil. Os primeiros meses do ano registraram aumentos consideráveis, com destaque para março, com um aumento de 4,21%. A partir de abril, começam a ocorrer quedas, culminando em uma redução de 4,28% em julho. As variações negativas dos meses seguintes indicam uma tendência de estabilização ou recuperação para os consumidores.

A análise dos valores da cesta básica de 2024, revela uma tendência de alta dos custos no primeiro semestre, seguida de uma recuperação no segundo semestre. Essa dinâmica pode ser atribuída a fatores econômicos sazonais ou políticas econômicas em vigor. Para os consumidores, a redução nos custos e tempos de trabalho necessários no final do ano pode proporcionar um alívio financeiro, mas ainda requer vigilância quanto às tendências futuras.

3.1. CESTA BÁSICA DE MACAPÁ E DAS CAPITAIS DO BRASIL

Em outubro de 2024, a Cesta Básica de Macapá custou ao trabalhador R\$ 635,25, apresentando uma variação negativa de 0,09% em comparação ao mês de setembro. No entanto, é possível notar que o custo de vida se diferencia entre as capitais do Brasil, com base no valor da cesta básica e sua porcentagem em relação ao salário mínimo líquido. A análise das informações permite observar como o custo de vida varia significativamente entre as capitais.

As capitais com os valores mais altos para a cesta básica são:

- São Paulo: R\$ 805,84
- Florianópolis: R\$ 796,94
- Porto Alegre: R\$ 774,32
- Rio de Janeiro: R\$ 773,70

Essas cidades destacam-se por terem um custo de vida relativamente mais alto, o que reflete diretamente no valor da cesta básica.

Porcentagem do Salário Mínimo

As cidades que apresentam a maior porcentagem do salário mínimo líquido necessário para a aquisição da cesta básica são:

- São Paulo: 61,70%
- Florianópolis: 61,02%



- Porto Alegre: 59,28%
- Rio de Janeiro: 59,24%

Isso demonstra a pressão que o custo da cesta básica exerce sobre o orçamento familiar nessas regiões.

Tempo de Trabalho Necessário

Maiores Tempos de Trabalho

As capitais onde é necessário trabalhar mais horas para comprar a cesta básica são:

- São Paulo: 125h34m
- Florianópolis: 124h10m
- Porto Alegre: 120h38m
- Rio de Janeiro: 120h33m

O tempo de trabalho necessário nessas cidades reflete não só os altos valores das cestas, mas também as possíveis diferenças salariais e de custo de vida.

Menores Tempos de Trabalho

Por outro lado, as cidades onde é necessário menos tempo de trabalho são:

- Aracaju: 80h55m
- Recife: 85h25m
- Salvador: 87h21m
- João Pessoa: 88h16m

Essas cidades apresentam um equilíbrio melhor entre o custo da cesta básica e o tempo de trabalho necessário para adquiri-la.

Discrepâncias Regionais: Há uma clara discrepância entre as regiões mais ricas e as menos desenvolvidas do Brasil, tanto em termos de custo da cesta básica quanto no impacto sobre o salário mínimo.

Impacto no Orçamento Familiar: Em cidades como São Paulo e Florianópolis, o custo da cesta básica representa uma fatia significativa do salário mínimo, impactando consideravelmente o orçamento doméstico.

Necessidade de Políticas Públicas: Essa análise destaca a necessidade de políticas públicas que busquem reduzir essas disparidades, garantindo que o custo básico de vida não comprometa tanto a renda das famílias.

Esta análise pode servir como base para discussões mais amplas sobre o custo de vida nas diferentes regiões do Brasil e a formulação de estratégias para mitigar essas desigualdades.

Tabela 4 – Valor da Cesta Básica Oficial nas Capitais. Porcentagem do Salário Mínimo Líquido do mês de outubro de 2024

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido (%)	Tempo de Trabalho (1)
São Paulo	805,84	61,70	125h34m
Florianópolis	796,94	61,02	124h10m
Porto Alegre	774,32	59,28	120h38m
Rio de Janeiro	773,70	59,24	120h33m
Campo Grande	751,06	57,50	117h01m
Curitiba	726,62	55,63	113h13m
Brasília	711,05	54,44	110h47m
Vitória	708,06	54,21	110h19m
Goiânia	695,37	53,24	108h20m
Belo Horizonte	678,07	51,92	105h39m
Belém	649,90	49,76	101h16m
Fortaleza	641,34	49,10	99h56m
Macapá	635,25	48,64	98h58m
Natal	576,23	44,12	89h47m
João Pessoa	566,46	43,37	88h16m
Salvador	560,65	42,93	87h21m
Recife	548,19	41,97	85h25m
Aracaju	519,31	39,76	80h55m

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. SEPLAN – AP . NOTA: 1 - O salário mínimo líquido em outubro de 2024 tem valor de R\$ 1.306,10, enquanto que o valor Bruto é de R\$ 1.412,00. Para se calcular o tempo de trabalho necessário para adquirir a cesta utilizou-se o salário mínimo líquido.

Observa-se na tabela acima que o custo da cesta básica em Macapá está em sintonia com a média das capitais analisadas pelo DIEESE e SEPLAN. Isso ressalta que o trabalhador amapaense tem acesso a um valor considerado justo para sua alimentação, pois se mantém alinhado à média nacional.



4. ASPECTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA OFICIAL

A Pesquisa da cesta básica é crucial para muitas famílias brasileiras, especialmente no Amapá, onde ajuda a medir o custo de vida e controlar preços. Composta por itens essenciais para a nutrição, seu custo é um indicador importante da inflação e do poder de compra, afetando diretamente a população de baixa renda quando os preços aumentam.

No Amapá, o custo da cesta básica foi registrado em R\$ 635,25, o que representa 98 horas e 58 minutos de trabalho no mês para adquiri-la. Este dado é significativo, pois demonstra o esforço necessário para garantir a alimentação básica. Assim, o monitoramento do preço da cesta básica é vital para elaborar políticas públicas que visam a melhoria do poder aquisitivo e a proteção social. O governo pode usar informações sobre o custo da cesta básica para estabilizar os preços dos alimentos, por meio de medidas como redução de impostos, subsídios agrícolas e promoção de feiras. Essas iniciativas ajudam a minimizar o impacto da inflação nas famílias, garantindo acesso a alimentos nutritivos a preços acessíveis. Além disso, a cesta básica é um critério para o ajuste salarial, alinhando salários ao custo de vida e garantindo um nível de vida digno.

No Amapá, a cesta básica de outubro comprometeu 44,99% da renda do trabalhador, considerando o salário mínimo como referência. A capital, Macapá, apresentou uma média de concentração de 50%, similar a outras capitais, como Campo Grande, Curitiba, Brasília, Vitória, Goiânia, Belo Horizonte, Belém e Fortaleza. Os dados completos estão apresentados na Tabela 5 abaixo.

Além disso, conforme a pesquisa realizada pelo DIEESE, o valor estimado do salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas em outubro de 2024 deve ser de R\$ 6.769,87, o que equivale a 4,79 vezes o salário mínimo atual de R\$ 1.412,00.

Esta disparidade evidencia a distância entre o salário mínimo vigente e o custo real de vida para uma família brasileira, refletindo a necessidade de reajustes que considerem a inflação e o aumento dos preços de bens essenciais. A pesquisa destaca a importância de políticas públicas que busquem reduzir essa lacuna, promovendo uma distribuição de renda mais justa e equitativa. Além disso, é fundamental discutir a valorização do salário mínimo como um instrumento de combate à pobreza e promoção da dignidade dos trabalhadores.



Tabela 5 - Valor da Cesta de 18 Capitais em outubro de 2024

Capital	Valor da Cesta
São Paulo	805,84
Florianópolis	796,94
Porto Alegre	774,32
Rio de Janeiro	773,70
Campo Grande	751,06
Curitiba	726,62
Brasília	711,05
Vitória	708,06
Goiânia	695,37
Belo Horizonte	678,07
Belém	649,90
Fortaleza	641,34
Macapá	635,25
Natal	576,23
João Pessoa	566,46
Salvador	560,65
Recife	548,19
Aracaju	519,31

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. SEPLAN – AP

	Cidades com 25% acima da média
	Cidades com 50% em torno da média
	Cidades com 25% abaixo da média



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nota à Imprensa (2024). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202410.html>

SEPLAN. Disponível em: <https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/estatistica-do-estado/cesta-basica>



LUCAS ABRAHAO ROSA CEZÁRIO DE ALMEIDA
Secretário de Estado do Planejamento - SEPLAN

Coordenadoria de Pesquisas e
Estratégias Socioeconômicas e Fiscais - COPESEF

FRANCISCO DE ASSIS SOUZA COSTA
Coordenador

ARMANDO FERREIRA BRUNO NETO
Gerente do Núcleo de Informação e Divulgação

NAZARÉ SANTOS CARDOSO
Gerente do Núcleo de Estatística

NEWTON SALOMÃO JÚNIOR
Gerente do Núcleo de Análises Econômicas e Fiscais

Equipe Técnica

ALDO SIMÃO CARNEIRO FERNANDES
Analista de Planejamento e Orçamento

CÉSAR AUGUSTO DOS SANTOS MATOS
Analista de Planejamento e Orçamento

GABRIEL MOREIRA MERICIAS
Assistente Administrativo

JÚLIO ANTÔNIO POUBEL PEDRO
Geógrafo

MARLON MORAES AMANAJÁS
Projetos Estratégicos

LEILA SÍLVIA SACRAMENTO BALIEIRO DE SOUZA
Analista de Planejamento e Orçamento

TASSO ALENCAR DE SOUZA
Assistente Administrativo

VITÓRIA CHERFEN DE SOUZA
Analista de Planejamento e Orçamento